

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE LISBOA**

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO: **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES
MÓVEIS DE VOZ E DADOS E DE ENVIO DE SMS**

PROCESSO N.º **25DC37CPI008**

TIPO DE PROCEDIMENTO:

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

1. OBJETO DO CONCURSO	4
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	4
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR ...	4
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL .	4
5. AGRUPAMENTOS	5
6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA	6
7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO	6
8. PREÇO BASE	6
9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	7
10. FATURAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO	8
11. REVISÃO DE PREÇOS	8
12. CAUÇÃO	9
13. SEGUROS	9
14. TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	9
15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO	9
16. PENALIDADES	10
17. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
18. RESPONSABILIDADE	11
19. RESOLUÇÃO	12
20. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML	12
21. ATOS DE TERCEIROS	13
22. PUBLICIDADE	13
23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	13
24. DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	15
25. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	15
26. CONFIDENCIALIDADE.....	16
27. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR	16
28. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	16
29. GESTOR DOS CONTRATOS	16
30. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	18
31. ÂMBITO DOS SERVIÇOS A CONTRATAR NO LOTE 1	18
32. OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO	18
33. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ADJUDICATÁRIO NOS PERÍODOS DE TRANSIÇÃO INICIAL E FINAL .	19
34. REQUISITOS DA CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO TERMINAL	20
35. REQUISITOS PARA A ENTREGA E GESTÃO DE CARTÕES SIM	22
36. REQUISITOS DE COBERTURA DE SERVIÇO	22
37. ACESSO PRIMÁRIO PARA CENTRAL TELEFÔNICA DO COMPLEXO DE SÃO ROQUE.....	23
38. GRUPOS DE SERVIÇOS.....	24
39. LIMITES DE SERVIÇO POR CARTÃO.....	24
40. CONTABILIZAÇÃO DAS QUANTIDADES MENS AIS	25
41. SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO	26
42. RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO.....	26
43. GESTOR DE CONTA E GESTOR DE SERVIÇO	27
44. NÍVEIS DE SERVIÇO.....	27
45. PENALIDADES A APLICAR NO ÂMBITO DO LOTE 1	28
46. ÂMBITO DOS SERVIÇOS A CONTRATAR NO LOTE 2	29
47. REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	29
48. FATURAÇÃO NO ÂMBITO DO LOTE 2.....	29
49. NÍVEIS DE SERVIÇO E PENALIDADES A APLICAR NO ÂMBITO DO LOTE 2	29

ANEXOS:

ANEXO A: CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO B: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

ANEXO C: DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE NÃO EXISTÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSES

ANEXO D: ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar na sequência do concurso público internacional para **aquisição de serviços de comunicações móveis de voz e dados e de envio de SMS**, de acordo com as respetivas cláusulas técnicas e Anexos deste caderno de encargos.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **2 (dois) LOTES**:
 - a) **LOTE 1: SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE VOZ E DADOS;**
 - b) **LOTE 2: SERVIÇOS DE ENVIO DE SMS.**

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, contribuinte fiscal n.º 500 745 471, sita no Largo Trindade Coelho – 1200-470 Lisboa, com o endereço eletrónico dicom.nabse@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EXECUÇÃO DO CONTRATO A CELEBRAR

Na execução dos contratos objeto do presente procedimento, observar-se-ão:

- a) As cláusulas dos contratos, considerando-se integrado nos mesmos o presente caderno de encargos, bem como os respetivos esclarecimentos e retificações, os termos dos suprimientos de erros e omissões identificados pelos Interessados e expressamente aceites pela SCML, e ainda a propostas dos Adjudicatários e respetivos esclarecimentos, nos termos do disposto no programa do concurso;
- b) Os diplomas legais e regulamentares que se relacionem com o objeto dos contratos a celebrar, serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterado pelos contratos ou documentos que dele fazem parte integrante;
- c) As disposições comunitárias que vinculem o Estado Português, assim como as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes e as regras técnicas respeitantes ao tipo de serviços a prestar no âmbito do presente caderno de encargos.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 4.1. Se as divergências que se verifiquem entre os vários documentos que se consideram integrados nos contratos não puderem solucionar-se pelas regras gerais de interpretação, resolver-se-ão através da seguinte ordem de prevalência:
 - 1º Os termos dos suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados e expressamente aceites pela SCML;

- 2º Os esclarecimentos e as retificações relativas ao presente caderno de encargos;
- 3º O presente caderno de encargos, com todos os documentos que o constituem;
- 4º As propostas dos Adjudicatários;
- 5º Os esclarecimentos sobre a proposta do Adjudicatários, prestados pelo mesmo.

- 4.2.** As divergências que existam entre os vários documentos que se consideram integrados nos contratos e o clausulado deste resolver-se-ão pela prevalência dos primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela SCML de acordo com o artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP) e aceites pelos Adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
- 4.3.** Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis ou sobre o modo de execução das respetivas obrigações, os Adjudicatários deverão:
- a)** Formular tais dúvidas imediatamente, por escrito, à SCML;
 - b)** Se as dúvidas ocorrerem após o início dos contratos, os Adjudicatários deverão formulá-las imediatamente, também por escrito, justificando as razões da sua apresentação extemporânea, sem prejuízo da sua responsabilidade decorrente do atraso pela execução pontual das prestações objeto dos contratos, tal como previsto neste caderno de encargos.
- 4.4.** A falta de cumprimento dos deveres referidos nas alíneas do número anterior torna os Adjudicatários responsáveis por todas as consequências da sua errónea ou deficiente interpretação.

5. AGRUPAMENTOS

- 5.1.** As entidades associadas para executar a prestação de serviços objeto deste caderno de encargos, deverão constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso, observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 5.2.** No caso previsto no número anterior, a SCML celebrará um único contrato de prestação de serviços com o agrupamento/consórcio, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente e cada um por si, perante a SCML pelo cumprimento integral e pontual do contrato que firmaram.
- 5.3.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, se algum(ns) dos membros do agrupamento deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela prestação dos serviços perante a SCML transitará na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 5.4** No caso previsto no número anterior, a SCML, se o entender, poderá ainda resolver o contrato, sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do agrupamento/consórcio, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.

- 5.5 Qualquer alteração ao agrupamento/consórcio depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deverá ser solicitada através de requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.
- 5.6 O agrupamento/consórcio deverá designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do Adjudicatário.
- 5.7 Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar todos os membros do agrupamento/consórcio submetem-se à legislação e ao foro portugueses designados no contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

6. REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE OUTROS SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA

- 6.1. A SCML reserva-se o direito de prestar ou de mandar prestar por outrem, quaisquer bens ou serviços a que se refere o presente caderno de encargos, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados com os Adjudicatários, sem que tal fato confira a este direito de ser indemnizado seja a que título for.
- 6.2. Os serviços referidos no número anterior serão executados, sempre que possível, como o conhecimento prévio dos Adjudicatários. Caso esta condição não tenha sido satisfeita a SCML compromete-se a informar os Adjudicatários com a maior brevidade possível.

7. INÍCIO DE VIGÊNCIA E DURAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. Os contratos a celebrar na sequência do presente procedimento terão início na data da última assinatura eletrónica e a duração máxima de **3 (três) anos e 15 (quinze) dias** a contar daquela data, a executar nos termos do planeamento previsto **nas cláusulas 33.1. e 33.2. do presente caderno de Encargos**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos,
- 7.2. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, os contratos apenas produzem efeitos após a sua publicitação.

8. PREÇO BASE

- 8.1. Pela execução de todas as prestações objeto dos contratos a celebrar, para efeito de apresentação de proposta que englobe os **2 (dois) Lotes** e, para a duração contratual máxima, o preço base global é de **€741.200,00 (setecentos e quarenta e um mil e duzentos euros)**, acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal aplicável. sendo, **por Lote**, o seguinte:
 - 8.1.1. **LOTE 1: €705.200,00 (setecentos e cinco mil e duzentos euros)**, montante que inclui:
 - a) equipamento terminal e/ou acessórios no valor de **€376.200,00 (trezentos e setenta e seis mil e duzentos euros)**;
 - b) um pacote mensal de **600.000 (seiscentos mil)** minutos de comunicações de voz no Espaço Económico Europeu ("EEE");

- c) um pacote mensal de **5.000GB** de dados para acesso à Internet no EEE;
- d) um acesso primário (**30 canais**) para central telefónica;
- e) uma bolsa destinada a fazer face a serviços adicionais no montante máximo de **€135.000,00 (cento e trinta e cinco mil euros)**, destinada ao pagamento de quantidades que excedam as constantes das alíneas anteriores da presente cláusula ou que sejam de tipo diferente da indicada, como sendo comunicações de voz internacionais ou dados fora do EEE, acessórios e/ou reparações, bem como, se esgotado o respetivo montante, equipamento terminal.

8.1.2. LOTE 2: € 36.000,00 (trinta e seis mil euros), montante que inclui:

- a) a quantidade mínima mensal contratada de 25.000 (vinte e cinco mil) SMS enviados para dentro do EEE.
- b) uma bolsa correspondente ao preço do envio de 25.000 (vinte e cinco mil) SMS mensais para o EEE, destinada ao pagamento do envio de SMS que excedam a quantidade mínima mensal contratada ou tenham outros destinos que não o EEE, sendo que o valor máximo admissível pelo envio de um SMS para dentro do EEE é de **€0,02 (dois cêntimos)**, e pelo envio de um SMS para fora do EEE é de **€0,50 (cinquenta cêntimos)**.

8.2. O preço global e o preço por lote indicados nos números anteriores foram obtidos mediante critérios objetivos, com base nos preços unitários constantes em contratos anteriores, na consulta dos preços publicamente anunciados pelos principais operadores, nas quantidades de cada tipo de serviço efetivamente consumidas mensalmente ao longo dos últimos contratos, e no potencial de aumento de consumo dos serviços contratados.

8.3. Pela prestação de serviços objeto do presente procedimento, a SCML pagará, para além das quantidades mínimas ou pacotes mensais estabelecidos, apenas os serviços efetivamente prestados, sendo que, no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, por Lote, tal não confere aos Adjudicatários o direito de serem indemnizados, seja a que título for.

9. REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. Pela prestação de serviços objeto dos contratos, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a SCML obriga-se a pagar aos Adjudicatários o preço constante nas propostas adjudicadas, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

9.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação de serviços cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SCML.

9.3. Os Adjudicatários obrigam-se a executar pelos preços constantes dos contratos, dos quais as suas propostas farão parte integrante, todas os serviços constantes deste caderno de encargos, competindo-lhes ainda efetuar, sem direito a quaisquer remunerações suplementares, os serviços subsidiários que forem consequentes daqueles ou necessários para

a sua perfeita execução cumprindo todas as instruções que para o efeito lhe forem transmitidas pela SCML ou pelo(s) seu(s) representante(s).

10. FATURAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1. Para o **LOTE 1**, o Adjudicatário deverá emitir uma fatura única mensal, de acordo com as indicações da SCML, sendo cada fatura acompanhada de documento com detalhe das comunicações de voz e transmissão de dados para cada um dos grupos de serviços solicitados nos termos da **cláusula 40** do presente Caderno de Encargos.
- 10.2. As faturas só poderão ser emitidas após entrega do respetivo relatório mensal de monitorização, previsto na **cláusula 42** do presente Caderno de Encargos, que permitirá a sua validação.
- 10.3. Para o **Lote 1** deverá o Adjudicatário garantir e implementar um sistema de faturação repartida entre a SCML e os utilizadores da SCML, a aplicar opcionalmente a cada um dos cartões fornecidos.
- 10.4. Para o **LOTE 2**, o Adjudicatário deverá emitir uma fatura única mensal de acordo com as indicações da SCML, da qual deverá constar o volume de SMS enviado a partir de cada um dos números de origem, ser detalhada, incluindo a data, hora e destino de cada uma das mensagens enviadas e ser fornecida em formato eletrónico importável para base de dados.
- 10.5. As faturas deverão ser obrigatoriamente emitidas em formato eletrónico e enviadas, via EDI (*Electronic Data Interchange*), para o Núcleo de Informação e Monitorização da Direção Financeira da SCML.
- 10.6. As faturas devem mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML e o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação.
- 10.7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, os pagamentos serão efetuados por transferência bancária, mediante apresentação das respetivas faturas, no prazo de 30 (trinta) dias seguidos a contar da data de entrada de cada fatura na SCML, após confirmação da prestação dos serviços na SCML, nos termos contratados e desde que as mesmas tenham tido a aprovação da SCML.
- 10.8. Caso as faturas apresentadas não sejam aprovadas pela SCML, porque desconformes com a lei ou com o respetivo contrato, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário, sendo as mesmas devolvidas, não procedendo a SCML ao seu pagamento até apresentação de outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
- 10.9. O incumprimento das obrigações referidas nos números anteriores constitui causa de resolução, nos termos da **cláusula 19.ª** do presente Caderno de Encargos.

11. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

12. CAUÇÃO

- 12.1.** O Adjudicatário do LOTE 1 garantirá, mediante a prestação de caução, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, caso a adjudicação for de valor igual ou superior a € 500.000,00, sendo o valor da caução de 5% do preço contratual.
- 12.2.** Para o LOTE 2 não é exigida ao adjudicatário a prestação de caução. No entanto, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do CCP, a SCML reserva-se a faculdade de, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

13. SEGUROS

- 13.1.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades referidas, e sem que isso constitua limitação das suas obrigações e responsabilidades, nos termos do estipulado neste caderno de encargos, deverão os Adjudicatários possuir seguro de responsabilidade civil profissional relativo à sua atividade, cobrindo todos os danos patrimoniais e não patrimoniais causados à SCML ou a terceiros emergentes da execução dos contratos a celebrar na sequência deste procedimento.
- 13.2.** Os encargos referentes ao seguro imposto por este caderno de encargos são da exclusiva responsabilidade dos Adjudicatários.
- 13.3.** O seguro deverá ser contratado junto de uma Seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal.
- 13.4.** A SCML, ou seu representante, poderão exigir a todo o momento aos Adjudicatários a apresentação de cópia dos recibos comprovativos do pagamento do prémio da apólice de seguro.
- 13.5.** Qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será da responsabilidade dos Adjudicatários.
- 13.6.** A apólice de seguro referida no **número 1.** da presente cláusula rege-se pela lei portuguesa e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas à mesma é o de Lisboa.

14. TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP.

15. MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

- 15.1.** Os contratos podem ser modificados:
- 15.1.1.** Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a dos contratos;
 - 15.1.2.** Por decisão judicial ou arbitral, com os limites estabelecidos na alínea b) do número 1 do artigo 311º do CCP;
 - 15.1.3.** Por decisão da SCML, com fundamento em razões de interesse público.
- 15.2.** Os contratos podem ser modificados com os seguintes fundamentos:

15.2.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes tenham fundado a decisão de contratar, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios dos contratos;

15.2.2. Razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes;

15.3. A modificação dos contratos encontra-se sujeita aos limites e consequências, previstos, respetivamente, nos artigos 313.º e 314.º do CCP.

16. PENALIDADES

16.1. No caso de os Adjudicatários não prestarem os serviços no prazo e/ou nas restantes condições propostas e/ou nas estabelecidas, a SCML reserva-se o direito de, e sem prejuízo de qualquer outro procedimento legal:

16.1.1. Resolver os contratos nos termos legais;

16.1.2. Adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença de preços, e restantes encargos, a cargo dos Adjudicatários;

16.1.3. Aplicar as penalidades previstas na cláusula **45** para o **LOTE 1** e na cláusula **49** para o **LOTE 2**;

16.1.4. A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do preço contratual, aplicar uma penalidade diária de até **5% (cinco por cento)** do preço contratual, por cada dia de atraso, quando:

a) Forem excedidos os respetivos prazos; ou,

b) A prestação de serviços não estiver conforme o exigido no presente Caderno de Encargos, e os Adjudicatários não tenham corrigido no prazo fixado para o efeito pela SCML.

16.2. As importâncias resultantes das penalidades aplicadas serão descontadas em faturas por liquidar, deduzidas nos depósitos de garantia que tenham sido constituídos, por acionamento das garantias ou na retenção prevista na **Cláusula 12.2** do presente caderno de encargos.

16.3. Se qualquer sanção ou o seu conjunto atingir um valor superior a **20% (vinte por cento)** do preço contratual, a SCML reserva-se o direito de optar pela resolução dos contratos nos termos estabelecidos neste caderno de encargos e no disposto no artigo 329.º do CCP.

16.4. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

17. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

17.1. Os Adjudicatários não poderão por qualquer forma ou meio, realizar qualquer parte dos serviços objeto dos contratos por subcontratação, nem poderão ceder, total ou parcialmente, a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes dos contratos, exceto se existir prévia autorização, por escrito, da SCML.

- 17.2.** No caso de subcontratação, os Adjudicatários permanecem integralmente responsáveis perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes dos contratos.
- 17.3.** Em caso de incumprimento pelos Adjudicatários, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução dos contratos, os Adjudicatários cedem a sua posição contratual ao Concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado os contratos, que venha a ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contratos, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 17.4.** A execução dos contratos ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 17.5.** Os direitos e obrigações dos Adjudicatários, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 17.6.** A posição contratual dos Adjudicatários nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme o n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.
- 17.7.** A cessão da posição contratual e a subcontratação regem-se pelo disposto nos artigos 317.º a 321.º do CCP.

18. RESPONSABILIDADE

- 18.1.** Se os Adjudicatários ou os seus agentes, de sua iniciativa, não previamente autorizado pela SCML, derem causa que permita a terceiros exigir uma indemnização à SCML, deverão os Adjudicatários indemnizar a SCML por todos os prejuízos sofridos.
- 18.2.** Os Adjudicatários assumem integral responsabilidade pelos bens e serviços fornecidos, sendo os únicos responsáveis perante a SCML pelo correto, integral e pontual cumprimento das obrigações respetivas.
- 18.3.** Os Adjudicatários respondem, nomeadamente por quaisquer erros, desconformidades ou omissões na execução dos contratos, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que forem detetados, salvo se os Adjudicatários provarem que os mesmos decorreram de dados fornecidos, por escrito, pela SCML.
- 18.4.** Sempre que os erros, desconformidades ou omissões na execução dos contratos resultem de dados fornecidos por escritos pela SCML, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o previsto no artigo 378.º do CCP.
- 18.5.** Em qualquer altura e logo que solicitado pela SCML, os Adjudicatários obrigam-se a corrigir os erros, desconformidades ou omissões no prazo razoável que lhes vier a ser fixado, sob pena de esta mandar executá-los por conta dos Adjudicatários, sempre que a responsabilidade dos mesmos lhe seja imputável.

- 18.6.** As ações de supervisão e controlo da SCML em nada alteram ou diminuem a responsabilidade dos Adjudicatários no que se refere à execução dos contratos.

19. RESOLUÇÃO

- 19.1.** Sem prejuízo do referido nos números seguintes, bem como do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º, todos do CCP, a SCML poderá resolver o contrato em caso de incumprimento pelo Adjudicatários, após este último ter sido notificado desse incumprimento e, se decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a situação.
- 19.2.** A SCML poderá resolver de forma imediata os contratos em caso de incumprimento por parte do Adjudicatários, designadamente nos casos seguintes:
- 19.2.1.** Se os Adjudicatários, sem prévia autorização escrita da SCML, transmitirem a terceiros quaisquer direitos ou obrigações emergentes dos contratos a celebrar;
 - 19.2.2.** Se se verificar o previsto na **cláusula 16.3** do presente caderno de encargos;
 - 19.2.3.** Se ocorrer a prática de atos dolosos ou negligentes que alterem a boa execução da prestação de serviços;
 - 19.2.4.** Se se verificar a obstrução à atuação da SCML a quem compete a verificação da execução contratual;
 - 19.2.5.** Quando o cumprimento se torne impossível;
 - 19.2.6.** Quando a SCML, em virtude do incumprimento, tenha perdido o interesse na prestação.
- 19.3.** O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela SCML, não preclude o direito da mesma de vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta dos Adjudicatários e da resolução.
- 19.4.** Se a resolução for imputável aos Adjudicatários, um dos elementos a ter em conta na avaliação quantitativa da responsabilidade é a diferença entre o valor dos serviços afetados pela resolução e aquele porque vierem a ser de novo adjudicados.
- 19.5.** Em caso de resolução dos contratos e logo que esteja fixada a responsabilidade do Adjudicatários será o montante respetivo deduzido nas quantias em dívida pagando-se-lhe o saldo se existir. Havendo lugar a um saldo a favor da SCML o mesmo deverá ser pago pelos Adjudicatários no prazo de **30 (trinta) dias seguidos**, após a sua notificação.
- 19.6.** A SCML, independentemente da conduta dos Adjudicatários, reserva-se o direito de resolver, por razões de interesse público, nos termos do artigo 334.º do CCP, total ou parcialmente, os contratos com os Adjudicatários, por carta registada com aviso de receção, enviada, sempre que possível, com a antecedência mínima de **30 (trinta) dias seguidos**.
- 19.7.** A SCML poderá ainda resolver os contratos, nos termos e com os fundamentos previstos no artigo 335.º do CCP.

20. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SCML

20.1. No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os Adjudicatários ficam obrigados a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO A** do presente caderno de encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt/pt>.

20.2. Os Adjudicatários deverão subscrever, com a outorga dos contratos, a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO B** do presente caderno de encargos.

21. ATOS DE TERCEIROS

Sempre que os Adjudicatários sofram impedimentos no fornecimento dos bens ou na execução dos serviços para que foram contratados, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar da data da ocorrência, informar a SCML de modo a esta ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance, sem prejuízo do estabelecido quanto à responsabilidade.

22. PUBLICIDADE

Os Adjudicatários não poderão fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade ou divulgação, diretamente relacionada com o objeto dos contratos a celebrar, sem a prévia autorização, por escrito, da SCML.

23. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

23.1. Sempre que a execução dos contratos implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, os Adjudicatários obrigam-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

23.2. Por “tratamento de dados pessoais” ou “tratamento”, entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

23.3. Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, os Adjudicatários obrigam-se a:

23.3.1. Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;

- 23.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
- 23.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
- 23.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que sejam legalmente obrigados a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
- 23.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 23.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 23.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 23.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 23.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor dos Adjudicatários, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 23.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluído a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;
- 23.3.11.** Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.

- 23.4.** Os Adjudicatários obrigam-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial quando:
- 23.4.1.** Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelos Adjudicatários no âmbito do presente procedimento;
 - 23.4.2.** A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento;
 - 23.4.3.** A qualquer subcontratante que venha a ser contratado pelos Adjudicatários, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para os Adjudicatários, mantendo-se estes, em todo o caso, plenamente responsáveis perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.
- 24. DOCUMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**
- 24.1.** Nos termos da certificação ISO/IEC 27001 e WLA-SCS do Sistema de Gestão da Segurança da Informação em vigor na SCML, antes do início da prestação dos serviços referentes ao **LOTE 1**, o Adjudicatário deve fazer chegar à SCML:
- 24.1.1.** Declaração individual de não existência de conflitos de interesses, conforme minuta constante do **ANEXO C** ao presente caderno de encargos, assinada por cada um dos seus colaboradores que prestem serviços no âmbito e/ou nas instalações onde os serviços sejam prestados;
 - 24.1.2.** Registos Criminais dos Colaboradores do Adjudicatário a afetar à prestação de serviços objeto do Contrato a celebrar.
- 24.2.** O Adjudicatário deverá informar a SCML acerca de qualquer facto, independentemente da sua natureza, que possa, por qualquer forma, por em causa os documentos acima referidos.
- 25. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**
- 25.1.** São da exclusiva responsabilidade dos Adjudicatários quaisquer encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação de serviços objeto do presente procedimento, de patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos, incluindo as de obter junto dos respetivos proprietários as necessárias autorizações e as obrigações de pagamentos dos correspondentes encargos, para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contratos a celebrar no âmbito do presente procedimento.
- 25.2.** Caso a SCML venha a ser demandada em consequência do incumprimento pelos Adjudicatários do disposto no número anterior, os Adjudicatários indemnizarão a SCML por

todas as despesas que, em consequência, esta incorra seja a que título for, conforme disposto no artigo 447.º do CCP.

26. CONFIDENCIALIDADE

Os Adjudicatários (incluindo seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados) obrigam-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou dos Contratos, mesmo após o seu termo, salvo motivo legal ou requerimento judicial, nos termos e para os efeitos estabelecidos no Acordo de Confidencialidade, conforme modelo que constitui o **ANEXO D** do presente Caderno de Encargos, que os Adjudicatários se obrigam a subscrever na data de assinatura dos contratos a celebrar na sequência do presente procedimento.

27. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 27.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notificará, imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de **10 (dez) dias seguidos**, através de carta registada com aviso de receção, para que de colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não poderá mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.
- 27.2.** Em caso fortuito ou de força maior que impeça a execução contratual objeto do presente procedimento por parte dos Adjudicatários, a SCML poderá recorrer a terceiros para tal, pelo tempo correspondente ao impedimento.

28. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 28.1.** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes dos contratos, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, devendo para os devidos efeitos ser considerada a morada da SCML indicada na **cláusula 2.ª** do presente caderno de encargos.
- 28.2.** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do caderno de encargos deve ser comunicada, por escrito, à outra parte.

29. GESTOR DOS CONTRATOS

- 29.1.** A SCML designará um ou mais gestores dos contratos, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 29.2.** Os Adjudicatários deverão comunicar à SCML, no prazo de **10 (dez) dias** contados a partir da decisão de adjudicação e em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, o nome do(s) seu(s) Representante(s), que servirá(ão) de interlocutor(es) para todas as fases de execução dos contratos.

30. FORO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 30.1.** Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos à presente prestação dos serviços será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.
- 30.2.** Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos na sua redação atual e demais legislação aplicável.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

LOTE 1

SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MÓVEIS DE VOZ E DADOS

31. ÂMBITO DOS SERVIÇOS A CONTRATAR NO LOTE 1

A prestação de serviços de comunicações móveis de voz e dados, compreende o seguinte âmbito:

- a)** Serviços de comunicações móveis de voz e dados nos termos previstos no presente Caderno de encargos;
- b)** Cedência do equipamento terminal (telemóveis, *smartphones* e routers, hotspots, entre outros), de acessórios (auriculares e carregadores de telemóvel, entre outros) e dos cartões SIM e eSIM de comunicações de voz e/ou de dados móveis, de acordo com o estabelecido nestas cláusulas;
- c)** Serviços de reparação do equipamento terminal; e
- d)** Garantia de cobertura de serviço em todas as instalações da SCML.

32. OBRIGAÇÕES GERAIS DO ADJUDICATÁRIO

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações:

- a)** Garantir a implementação da solução técnica e funcional constante da sua proposta;
- b)** Cumprir todos os requisitos funcionais e técnicos definidos nas presentes cláusulas, na Lei das Comunicações Eletrónicas e demais legislação e regulamentação previstos para o exercício da atividade;
- c)** Comunicar à SCML, por correio eletrónico, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o seu conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, garantindo os níveis de serviço previstos nestas cláusulas;
- d)** Comunicar à SCML, por correio eletrónico, no prazo máximo de uma semana após tomada de conhecimento pelo Adjudicatário, quando, por imposição de regulamentação nacional ou comunitária relativamente à normalização das redes móveis, esteja prevista a extinção de alguma tecnologia utilizada na prestação dos serviços de comunicações objeto do contrato a celebrar;
- e)** Reduzir automaticamente os preços dos serviços, em função de alterações determinadas pela entidade reguladora, ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, bem como por força das normas legais nacionais ou comunitárias, durante o período de vigência do contrato celebrado ao abrigo do presente procedimento;

- f) Comunicar à SCML qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente a sua denominação social, os Representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) Apresentar comprovativos de eventuais certificações que disponha, designadamente no âmbito da qualidade e / ou da segurança;
- h) Garantir todos os recursos humanos, materiais e informáticos necessários e suficientes para a boa prestação de serviço, ao longo da execução contratual;
- i) Garantir que os recursos humanos têm o perfil técnico e comportamental adequados à prestação de serviço;
- j) Aceitar que o acesso à informação é limitado apenas àquela necessária à boa execução do serviço contratado, tendo por base o princípio da necessidade de saber;
- k) Garantir que a informação a que vier a ter acesso ou que for produzida por via da prestação de serviços, independentemente do seu suporte, fica guardada em equipamento / repositório protegido e com controlo e rastreabilidade de acessos;
- l) Garantir e fazer prova da destruição segura de toda a informação a que venha a ter acesso por via do cumprimento da obrigação de reparação de equipamentos resultantes de avarias, substituições ou devoluções por cessação do contrato, emitindo auto de destruição, em modelo a acordar pelas partes; e
- m) Garantir igualmente a confidencialidade relativamente à informação residente em equipamentos sujeitos a manutenção para os quais não foi tecnicamente possível fazer a eliminação prévia da informação.

33. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ADJUDICATÁRIO NOS PERÍODOS DE TRANSIÇÃO INICIAL E FINAL

- 33.1.** O Adjudicatário obriga-se no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, antes do início da prestação dos serviços a:
- a) Ceder os cartões SIM e eSIM para comunicações móveis de voz e/ou dados sem quaisquer custos para a SCML, necessários para assegurar a prestação dos serviços na SCML,
 - b) Ceder os equipamentos terminais (telemóveis, *smartphones*, acessórios, *routers* e *hotspots*) necessários para assegurar a prestação dos serviços, sem quaisquer custos para a SCML (incluindo transporte), em conformidade com o solicitado pela mesma via correio eletrónico;
 - c) Reunir e afetar uma equipa de recursos técnicos e humanos que se revele suficiente para assegurar a substituição dos equipamentos terminais junto dos colaboradores da SCML e passagem da informação dos equipamentos existentes, considerando que os serviços preparatórios deverão ocorrer junto dos vários serviços da SCML.
 - d) Comunicar ao Gestor de Contrato a identidade do Gestor de Conta e do Gestor de Serviço tal como definido na **cláusula 43.ª**;
 - e) A prestação dos serviços terá a duração contratual máxima de 3 (três) anos a contar da data de término do período de transição inicial.

- 33.2.** No final do contrato, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** antes do respetivo termo, o Adjudicatário obriga-se ainda a:
- a)** Prestar toda a informação e facilitar todos os acessos de forma a assegurar a transição dos serviços para o próximo Adjudicatário;
 - b)** Assegurar a cessação da totalidade dos serviços de comunicações móveis de voz e dados e a sua migração para o novo operador, quando da cessação do contrato, incluindo a reconfiguração de equipamentos terminais sem custos acrescidos para a SCML.
 - c)** Suportar integralmente todos os custos inerentes ao período de transição dos serviços, definidos nos termos dos números anteriores.

34. REQUISITOS DA CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO TERMINAL

- 34.1.** O Adjudicatário obriga-se a ceder à SCML equipamento terminal, para ser utilizado com os cartões SIM e eSIM, ao longo da vigência do contrato, no valor mínimo de **€376.200,00 (trezentos e setenta e seis mil e duzentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 34.2.** A SCML pagará ao adjudicatário um valor fixo mensal, resultante da divisão do valor total dos equipamentos a ceder em 36 (trinta e seis) partes iguais, e subsequente aplicação da taxa de desconto, constante na proposta adjudicada ao preço do equipamento, ao valor da mensalidade resultante.
- 34.3.** Cabe à SCML a escolha, de acordo com as suas necessidades ao longo da vigência do contrato, dos equipamentos a fornecer e respetivas quantidades.
- 34.4.** O Adjudicatário deve manter uma conta-corrente de todos os pedidos de equipamento efetuados pela SCML e informar mensalmente a SCML de qual o montante ainda disponível.
- 34.5.** Durante a vigência do contrato, a propriedade de todos os equipamentos terminais e acessórios cedidos é do Adjudicatário, revertendo aquela a favor da SCML no final do prazo de vigência do contrato sem quaisquer custos adicionais.
- 34.6.** Entende-se por:
- a)** “equipamento terminal”: telemóveis, smartphones, routers, hotspots, entre outros, passíveis de efetuar as comunicações móveis a contratar;
 - b)** “acessórios”: auriculares, protetores de ecrã, capas protetoras, carregadores, entre outros.
- 34.7.** O Adjudicatário obriga-se a fornecer, com regularidade, a lista atualizada de equipamentos terminais (“lista de equipamentos”) disponíveis a cada momento de entre o definido e comercializado no âmbito do portfólio de equipamentos de gama empresarial, bem como uma lista dos respetivos acessórios, refletindo a evolução tecnológica dos modelos lançados no mercado.
- 34.8.** Mediante solicitação da SCML, deve o Adjudicatário apresentar orçamento no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para o fornecimento de acessórios ou equipamento que não conste da lista de equipamentos fornecida.
- 34.9.** A lista de equipamentos deve incluir pelo menos um modelo de equipamento de cada um dos tipos que se seguem:

- a) Telemóvel topo de gama (um Android e um iOS): última versão do sistema operativo, pelo menos 128GB de armazenamento e possibilidade de utilização da rede 5G;
- b) Telemóvel de gama média (um Android e um iOS): última versão do sistema operativo, pelo menos 64GB de armazenamento;
- c) Telemóvel de entrada de gama (Android): última ou penúltima versão do sistema operativo, pelo menos 32GB de armazenamento.

34.10. Os equipamentos terminais devem possuir características técnicas e de segurança que garantem a compatibilidade com outros sistemas em uso pela entidade adjudicante e apresentar as seguintes características:

- a) Todos os equipamentos cedidos devem ser fornecidos desbloqueados e com a possibilidade de funcionar de imediato na rede de qualquer operador.
- b) Deve ser possível condicionar o acesso a todos os telemóveis e smartphones, bem como respetivas funcionalidades, ao uso de PIN / password do utilizador;
- c) Deve ser possível, por iniciativa e responsabilidade da SCML e de forma remota, desativar, bloquear ou eliminar os dados do equipamento terminal;
- d) Os equipamentos que permitam o acesso a dados móveis devem ter a possibilidade de vir a ser dotados de soluções técnicas que garantam a segurança dos acessos, comunicações e conteúdos, com possibilidade de encriptação;
- e) Os equipamentos do tipo smartphone devem permitir a instalação de software que garanta a segurança dos conteúdos de informação (ex.: encriptação)
- f) Deve estar incluída, sem custos adicionais, a possibilidade de integração numa solução de gestão de mobilidade dos telemóveis - MDM (*Mobile Device Management*) - a contratar autonomamente pela entidade adjudicante;
- g) Deve estar incluída, sem custos adicionais, a funcionalidade de "zero-touch enrollment" na solução de MDM referida na alínea anterior, bem como a prestação de tudo quanto mais seja necessário à sua implementação na rede do adjudicatário, com explícita exclusão da própria solução de MDM;
- h) Todos os telemóveis e smartphones cedidos devem dispor de dual SIM ou SIM + eSIM, salvo pedido expresso do contrário pela SCML.

34.11. Os equipamentos cedidos estarão abrangidos por garantia de três anos, iniciando-se esta, para cada equipamento, na data da sua entrega à SCML.

34.12. Em caso de avaria do equipamento terminal:

- a) Por causa não imputável à SCML, o Adjudicatário deve proceder à sua reparação ou substituição no prazo de uma semana sem custos adicionais para a SCML;
- b) Por causa imputável à SCML, o Adjudicatário deve apresentar orçamento para a respetiva reparação no prazo de uma semana, reservando-se a SCML o direito de optar, ou não, pela reparação do equipamento;

34.13. Mediante prévia solicitação da SCML por correio eletrónico, o Adjudicatário deve fornecer à SCML, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** a contar da data do respetivo pedido, e de **1**

(um) dia útil em casos de urgência devidamente fundamentada, em local identificado na solicitação, qualquer item que seja solicitado e conste da lista de equipamentos.

34.14. A SCML pode solicitar ao Adjudicatário a emissão de vales, cujo valor será deduzido do montante disponível para a cedência de equipamentos, que possam ser trocados em lojas físicas ou online por equipamento terminal a ceder, em termos a acordar durante a execução do contrato.

34.15. A SCML pode ainda solicitar ao Adjudicatário a cedência de equipamento terminal de cujo valor apenas uma parte seja deduzida do montante disponível para a cedência de equipamentos (dedução parcial), o que pode ser feito através da emissão de um vale ou através de outro meio a acordar em execução de contrato, sendo o remanescente pago diretamente ao adjudicatário por um terceiro, colaborador da SCML, em nome de quem o Adjudicatário emitirá fatura do valor liquidado por este.

34.16. A SCML reserva o direito de aprovação previa dos modelos de equipamentos, sistemas operativos e eventual SW aplicacional que os integre.

35. REQUISITOS PARA A ENTREGA E GESTÃO DE CARTÕES SIM

35.1. Mediante prévia solicitação da SCML por correio eletrónico, o Adjudicatário deve fornecer à SCML, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** a contar da data do respetivo pedido, e de **1 (um) dia útil** em casos de urgência devidamente fundamentada, em local identificado na solicitação, os cartões SIM e/ou eSIM necessários à prestação dos serviços.

35.2. O fornecimento de cartões e a sua associação a grupos de serviços não deve ter custos para a SCML.

35.3. O Adjudicatário não pode, em caso algum, estabelecer o pagamento de componentes fixas no que se refere a ativações, segundas vias e cancelamentos, para qualquer tipo de cartões e dos serviços a prestar.

35.4. O número de cartões ativos poderá aumentar ou diminuir em função da evolução das necessidades da SCML.

35.5. O Adjudicatário deve assegurar a portabilidade da numeração existente e associada a todos os telemóveis e respetivos cartões SIM e eSIM atribuídos à SCML, sem quaisquer custos adicionais.

35.6. Sempre que solicitado pela SCML, o Adjudicatário deve disponibilizar, sem quaisquer custos adicionais, a emissão de cartões gémeos (com o mesmo número) para partilhar comunicações móveis de voz e/ou dados móveis.

35.7. A ativação ou desativação de cartões para comunicações móveis deve ser efetuada, pelo Adjudicatário, no prazo máximo de **1 (um) dia útil**.

36. REQUISITOS DE COBERTURA DE SERVIÇO

36.1. Os serviços de comunicações contratados serão prestados em 4G, 5G e/ou através de outras tecnologias que venham a substituí-los.

- 36.2.** Os serviços de comunicações contratados devem estar acessíveis com qualidade ("boa cobertura") em todo o território nacional, e particularmente em todos os edifícios da SCML.
- 36.3.** Nos **30 (trinta) dias** posteriores à assinatura do contrato deve o Adjudicatário proceder à avaliação da qualidade da rede de comunicações móveis de voz e dados em cada um dos locais abaixo indicados, considerados pela SCML especialmente críticos:
- a)** complexo de S. Roque, sito no Largo Trindade Coelho, em Lisboa;
 - b)** edifício da DISTI, sito na Rua D. Pedro V, em Lisboa;
 - c)** edifício do Departamento de Jogos, sito na Av. da Liberdade, em Lisboa;
 - d)** Hospital Ortopédico de Sant'Ana, sito na Rua de Benguela, na Parede;
 - e)** Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão, localizado na Rua Conde Barão, em Alcoitão;
- 36.4.** Dos testes realizados, referidos no número anterior, deverá ser entregue à SCML um relatório comprovativo da conformidade dos níveis de rede que permitam assegurar as comunicações móveis de voz e dados.
- 36.5.** Caso sejam detetadas desconformidades nas condições técnicas de prestação dos serviços de comunicações móveis, deverá o Adjudicatário corrigi-las, procedendo, se necessário, ao reforço da infraestrutura (circuitos, equipamentos ou outros) necessária à sua prestação com qualidade ("boa cobertura do sinal").
- 36.6.** Pode a SCML, em qualquer momento da execução do contrato, solicitar avaliação da cobertura de qualquer outro local onde esta se tenha revelado deficiente, devendo o Adjudicatário proceder à referida avaliação no prazo máximo de **2 (duas) semanas**.
- 36.7.** Efetuada a avaliação da cobertura pelo Adjudicatário, deverá este, no prazo máximo de **2 (duas) semanas**:
- a)** corrigir as desconformidades, nos termos indicados na cláusula **36.5.**; e
 - b)** elaborar e entregar à SCML um relatório comprovativo da conformidade dos níveis de rede que permitam assegurar a boa qualidade das referidas comunicações.
- 37. ACESSO PRIMÁRIO PARA CENTRAL TELEFÓNICA DO COMPLEXO DE SÃO ROQUE**
- 37.1.** Deverá o Adjudicatário contemplar, para a prestação dos serviços de comunicações de voz, a entrega de 1 (uma) ligação direta ao operador através de um acesso primário (30 canais) para ligação ao **PPCA** do Largo da Trindade Coelho, SN, Lisboa.
- 37.2.** As comunicações a efetuar através desta central telefónica destinam-se maioritariamente à rede móvel nacional.
- 37.3.** Deverá ser assegurada pelo Adjudicatário a portabilidade do atual número de telefone de contacto único, no formato "9XX XXX 000".
- 37.4.** A instalação dos circuitos necessários à prestação dos serviços será efetuada pelo Adjudicatário sem qualquer encargo direto para a SCML.

37.5. Deverá o local de prestação deste serviço poder ser alterado, na vigência do contrato e a pedido da SCML, não podendo de tal facto decorrer qualquer encargo adicional para a SCML.

37.6. Deverá o acesso primário referido poder ser substituído por SIP Trunk ou tecnologia equivalente, na vigência do contrato e a pedido da SCML, mantendo-se as características funcionais (como sendo o número de canais) bem como o preço proposto para o acesso primário.

38. GRUPOS DE SERVIÇOS

38.1. Deve o Adjudicatário assegurar a criação dos seguintes grupos de serviços, cujos consumos deverão ser contabilizados de forma separada, podendo a SCML solicitar a criação de grupos adicionais se houver necessidade interna de segregação da respetiva despesa, sendo as quantidades de cartões apresentadas razoavelmente aproximadas das quantidades a solicitar, não sendo, todavia, vinculativas:

38.1.1. Grupo geral de telemóveis (voz e dados): 1400 cartões a utilizar em telemóveis, tablets, routers e hotspots;

38.1.2. Grupo de Teleassistência (voz e dados): 2000 cartões a utilizar em equipamento de teleassistência e 650 cartões a utilizar em telemóveis;

38.1.3. Grupo de centrais telefónicas (só voz): um acesso primário (PRI) a utilizar pela central telefónica do Complexo de São Roque, com os 30 canais disponíveis para outbound, acrescido de 100 cartões a utilizar por outras centrais telefónicas de menor dimensão sitas em vários Serviços da SCML;

38.1.4. Grupo de alarmes e elevadores (voz e dados): 200 cartões a utilizar em elevadores e alarmes de diversos tipos;

38.2. Os serviços não incluídos na mensalidade, e só estes – seja em tipo (tal como minutos de comunicações móveis internacionais ou em roaming) seja em quantidade (sempre que sejam excedidos os limites mensais contratados) – deverão ser faturados pelo valor unitário constante na proposta adjudicada.

38.3. Deve o Adjudicatário garantir a segregação da faturação dos grupos definidos acima, em termos a acordar com o Gestor de Contrato.

39. LIMITES DE SERVIÇO POR CARTÃO

39.1. Deve o Adjudicatário aplicar, a pedido da SCML e para cada um dos cartões fornecidos, limites máximos mensais de consumo dos serviços contratados (tais como MMS, chamadas ou dados de ou para fora do Espaço Económico Europeu, entre outros).

39.2. Os limites estabelecidos deverão poder ser alterados, através de pedido dirigido ao Serviço de Apoio Técnico pelo Gestor do Contrato em dias úteis das 8:00 às 20:00, devendo ser executado no prazo máximo de uma hora quando o pedido diga respeito até 10 (dez)

cartões, ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas quando se refira a uma quantidade de cartões superior.

- 39.3.** Os limites estabelecidos podem ser diferentes de cartão para cartão.
- 39.4.** Quando o limite máximo de consumo de um serviço seja "zero", tal constituirá, na prática, o barramento do acesso ao referido serviço.
- 39.5.** Quando, para cada cartão, seja atingido o consumo de 80% e 100% do limite estabelecido para qualquer dos serviços associados ao mesmo, deverá ser enviado um SMS para o cartão em causa, alertando para o consumo e serviço.
- 39.6.** Atingido, num dado cartão, o limite estabelecido pela SCML para qualquer dos serviços prestados, deverá o Adjudicatário:
 - 39.6.1.** Quando o cartão seja objeto de faturação repartida, imputar ao utilizador, a partir desse momento, a utilização do serviço em causa.
 - 39.6.2.** Quando o cartão não seja objeto de faturação repartida, cessar, nesse cartão, a prestação do referido serviço, sendo que serviços eventualmente prestados para além dos limites definidos pela SCML não terão quaisquer custos associados.
- 39.7.** Quando a SCML dê indicação de aumento do limite de um cartão que seja objeto de faturação repartida, deverá este aumento aplicar-se aos serviços já prestados nesse mês e entretanto imputados ao utilizador.

40. CONTABILIZAÇÃO DAS QUANTIDADES MENSAIS

- 40.1.** A **SCML** Compromete-se a pagar mensalmente o montante correspondentes ao preço proposto para o pacote mensal, independentemente das quantidades efetivamente consumidas.
- 40.2.** A cada mês serão contabilizados os minutos e dados móveis consumidos.
 - 40.2.1.** Quando, num mês, a quantidade consumida de um dado serviço seja inferior à incluída no pacote mensal, será o restante deduzido ao consumo do mês seguinte.
 - a)** Em cada mês são primeiro deduzidos os minutos e dados móveis que tenham transitado do mês anterior, e só depois os correspondentes ao pacote mensal do próprio mês;
 - b)** Os minutos e dados móveis que tenham transitado nos termos da alínea anterior e não sejam deduzidos não transitam de novo para o mês subsequente.
 - 40.2.2.** O consumo de serviços que, num dado mês, ultrapasse o correspondente pacote mensal acrescido do saldo acumulado do mês anterior será faturado de acordo com os preços unitários definidos na proposta adjudicada.
- 40.3.** Um SMS ou MMS serão contabilizados como um minuto de comunicação móvel.
- 40.4.** As comunicações de voz, SMS e MMS entre números telefónicos respeitantes ao contrato a celebrar não deverão ter, quando ocorram dentro do EEE, quaisquer custos associados nem ser deduzidos do pacote mensal de minutos.

40.5. O sistema de faturação repartida entre a SCML e os utilizadores da SCML, a garantir e implementar pelo Adjudicatário e a aplicar opcionalmente por indicação da SCML a cada um dos cartões fornecidos de acordo com indicação da SCML, funcionará nos seguintes termos:

- a)** Serão imputados ao utilizador os custos decorrentes dos consumos que excedam os máximos definidos, ou a definir, pela SCML;
- b)** Deverão as faturas correspondentes a cada utilizador ser enviadas para a respetiva morada ou correio eletrónico associado ao cartão SIM;
- c)** Os preços unitários a aplicar serão os constantes na proposta adjudicada;
- d)** Cada cartão deverá poder ser incluído ou retirado pela SCML do sistema de faturação repartida, devendo a SCML para tal informar o Adjudicatário pelo menos 2 (duas) semanas antes do início do mês a partir do qual pretende que a alteração tenha efeito.

41. SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO

Deve o Adjudicatário fornecer, sem custos acrescidos para a SCML, serviço de apoio técnico nos seguintes termos:

41.1. Deve prestar os seguintes serviços:

- a)** registo, monitorização, acompanhamento e resolução de incidentes;
- b)** esclarecimentos de índole técnica, nomeadamente quanto à configuração de equipamentos terminais;
- c)** alteração dos limites de serviço por cartão;

41.2. Deve ser contactável vinte e quatro horas por dia, todos os dias do ano:

- a)** por correio eletrónico, devendo responder a este no prazo máximo de 15 (quinze) minutos;
- b)** por telefone, com garantia de atendimento humano no prazo máximo de 10 (dez) minutos

41.3. Deve, após receção dos pedidos de serviço:

- a)** Informar o seu registo à SCML por email no prazo máximo de 15 (quinze) minutos;
- b)** resolver 80% (oitenta por cento) do número de pedidos no prazo máximo de 4 (quatro) horas;
- c)** resolver 95% (noventa e cinco por cento) do número de pedidos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

42. RELATÓRIOS DE MONITORIZAÇÃO

O Adjudicatário deve disponibilizar à SCML relatórios de monitorização que permitam efetuar o controlo da prestação dos serviços, nos termos que se seguem.

42.1. A entrega dos relatórios deverá ter periodicidade mensal, reportando-se ao mês imediatamente anterior ao da data de emissão do relatório;

42.2. Os relatórios deverão ser entregues em formato eletrónico importável para base de dados, de acordo com as indicações dadas pelo Gestor do Contrato, e incluirão:

- a) Relatórios de Monitorização de Tráfego, com indicação das quantidades utilizadas (globais e por número) de cada um dos serviços, independentemente de estas poderem estar abrangidas pelos pacotes de serviços mensalmente fornecidos ou serem gratuitas por se tratar de comunicações entre cartões do mesmo contrato, incluindo, nomeadamente:
 - i) comunicações de voz (de e para dentro e fora do EEE);
 - ii) SMS e MMS (de e para dentro e fora do EEE);
 - iii) Roaming;
 - iv) dados móveis (de dentro e fora do EEE);
- b) Relatório com número de cartões SIM ativos;
- c) Relatório com indicadores de ocorrência (avarias, incidentes, anomalias), caso se verifiquem;
- d) Relatórios de faturação;
- e) Indicação dos contratos de faturação repartida ativos, incluindo as datas de início e de cessação de cada um.

43. GESTOR DE CONTA E GESTOR DE SERVIÇO

- 43.1. O Adjudicatário deve nomear um Gestor de Conta e um Gestor de Serviço, e comunicar a sua identidade e meios de contacto à SCML por correio eletrónico.
- 43.2. O Gestor de Conta e o Gestor de Serviço, disponibilizados pelo Adjudicatário, deverão estar afetos à gestão do contrato, nos dias úteis entre as 9:00 e as 19:00.
- 43.3. O Gestor de Conta será responsável por prestar esclarecimentos e endereçar solicitações de índole comercial.
- 43.4. O Gestor de Serviço será responsável pela gestão técnica do contrato, devendo, para o efeito:
 - a) Estar presente em reuniões periódicas mensais para análise dos relatórios com a SCML;
 - b) Apresentar os relatórios previstos na cláusula anterior e com a periodicidade definida na mesma;
 - c) Suprir e corrigir as irregularidades e desconformidades nos termos e prazos definidos na **cláusula 36.ª**;
- 43.5. Qualquer alteração superveniente aos referidos Gestores durante a execução do contrato só poderá ocorrer desde que previamente comunicada e expressamente aceite pela SCML.

44. NÍVEIS DE SERVIÇO

- 44.1. O Adjudicatário garantirá que a soma dos períodos de indisponibilidade de serviço que ocorram ao longo de cada ano e afetem mais de 25% do número de cartões, seja inferior a 6 (seis) horas.
- 44.2. O Adjudicatário deverá cumprir os seguintes **prazos máximos**, durante a execução do contrato:
 - a) De **2 (dois) dias úteis** para a portabilidade dos números atualmente existentes na SCML;

- b) De **1 (um) dia útil** para a ativação e desativação dos cartões para comunicações móveis.
- c) De **2 (dois) dias úteis** para o fornecimento dos equipamentos;
- d) De **2 (dois) dias úteis** para a substituição/reposição de equipamentos.

45. PENALIDADES A APLICAR NO ÂMBITO DO LOTE 1

A SCML poderá, até ao limite de **20% (vinte por cento)** do valor contratual, aplicar uma penalidade sempre que se verifique uma suspensão parcial, total ou temporária, do fornecimento dos bens e dos serviços objeto do presente procedimento, por razões imputáveis ao Adjudicatário, nos termos seguintes:

- a) Pelo incumprimento dos Níveis de Serviço descritos na **cláusula 43.4. a)**, será aplicada uma sanção de **€ 500,00 (quinhentos euros), pela falta de comparência em cada reunião periódica mensal agendada pela SCML;**
- b) Pelo incumprimento dos Níveis de Serviço descritos na **cláusula 43.4. b).**, será aplicada uma sanção de **€500,00 (quinhentos euros), por cada relatório previsto na cláusula 42, e com a periodicidade definida na mesma, em falta;**
- c) Pelo incumprimento dos Níveis de Serviço descritos na **cláusula 43.4. c).**, será aplicada uma sanção **€250,00 (duzentos e cinquenta euros) por cada dia útil de atraso no suprimento e correção das irregularidades e desconformidades nos termos da cláusula 36;**
- d) Pelo incumprimento dos Níveis de Serviço descritos para o Apoio técnico será aplicada uma sanção de **€100,00 (cem euros) por cada período de dois minutos que ultrapasse os limites estabelecidos em 41.2 a), 41.2 b) e 41.3 a), no máximo de €500,00 (quinhentos euros) por ocorrência;**
- e) Pelo incumprimento dos Níveis de Serviço descritos na **cláusula 44.1.**, será aplicada uma sanção de **€3.000,00 (três mil euros);**
- f) Pelo incumprimento dos Níveis de Serviço descritos na **cláusula 44.2.** será aplicada uma sanção de **€50,00 (cinquenta euros), por cada dia de atraso em cada situação descrita nas respetivas alíneas e por número e/ou equipamento.**

LOTE 2
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENVIO DE SMS

46. ÂMBITO DOS SERVIÇOS A CONTRATAR NO LOTE 2

O âmbito dos serviços do **LOTE 2** abrange a aquisição de serviços de envio de SMS (*Short Message Service*).

47. REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Adjudicatário, durante o prazo de execução do contrato a celebrar, deverá cumprir os requisitos funcionais e técnicos mínimos definidos na Lei das Comunicações Eletrónicas e demais legislação aplicável e ainda os seguintes requisitos específicos:

- a) O envio dos SMS deverá ser efetuado por meio de Web Service ou API acessíveis através de ligação à Internet, não sendo esta última objeto do presente procedimento.
- b) A comunicação entre os sistemas da SCML e o Web Service ou API de envio deve ser cifrada e estabelecida apenas mediante autenticação.
- c) Deverão ser considerados até, pelo menos, 20 (vinte) números telefónicos para origem dos SMS, devendo poder-se escolher a partir de que número se pretende fazer o envio de cada um dos SMS.
- d) A entrega dos SMS no destino deverá, em média, ser efetuada num prazo inferior a dois minutos.
- e) O serviço deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano.
- f) Caso, num determinado mês, a SCML não envie SMS em número que atinja a quantidade mínima mensal contratada, ficará obrigada, não obstante, ao seu pagamento, não transitando a diferença para o mês seguinte.
- g) Caso a quantidade mínima mensal seja excedida, o preço de cada SMS enviado será o constante na proposta.

48. FATURAÇÃO NO ÂMBITO DO LOTE 2

A faturação deverá:

- a) ser feita mensalmente;
- b) indicar o volume de SMS enviado a partir de cada um dos números de origem;
- c) ser detalhada, incluindo a data, hora e destino de cada uma das mensagens enviadas; e
- d) ser fornecida em formato eletrónico importável para base de dados.

49. NÍVEIS DE SERVIÇO E PENALIDADES A APLICAR NO ÂMBITO DO LOTE 2

A SCML poderá, até ao limite **de 20% (vinte por cento)** do valor contratual, aplicar uma penalidade de **€1000,00 (mil euros)** sempre que, por razões imputáveis ao Adjudicatário, se verifique uma suspensão parcial, total ou temporária da prestação dos serviços objeto do presente procedimento por período que ultrapasse **30 (trinta) minutos**.

ANEXO A

CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM PDF)

ANEXO B

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS
FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contratos de _____ **(identificar o objeto do contratos)** celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Data e Local

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do declarante e carimbo

ANEXO C

DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE NÃO EXISTÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSES

Eu _____, colaborador da empresa _____ que se encontra a prestar serviços de _____ para a SCML, declaro sob compromisso de honra que não detenho, por mim ou por interposta pessoa, incluindo cônjuge e parentes até à segunda linha direta e terceira linha colateral, interesses nas áreas de atividades essenciais ou instrumentais da exploração dos jogos sociais do Estado, desenvolvida pelo departamento de Jogos da SCML, incluindo as áreas de gestão técnica, administrativa e financeira, recursos humanos, informática, marketing e publicidade.

Lisboa _____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO D

ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa número 500 745 471, adiante designada **PRIMEIRA OUTORGANTE** ou **SCML**, representada neste ato por [INSERIR], [INSERIR];

E

- [INSERIR], com sede [INSERIR] com o capital social de [INSERIR] Euros, e com o número único de matrícula registada na Conservatória do Registo Comercial de [INSERIR], adiante designada por **SEGUNDA OUTORGANTE** representada neste ato por [INSERIR] na qualidade de [INSERIR], titular do cartão de cidadão n.º [INSERIR], válido até [INSERIR] / bilhete de identidade n.º [INSERIR], emitido em [INSERIR], com domicílio profissional na sede da sua representada.

Celebram o presente acordo irrevogável de confidencialidade (adiante designado por “Acordo”), que se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª

(OBJETO)

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE**, incluindo os seus trabalhadores ou quaisquer subcontratados, obriga-se a manter total sigilo e confidencialidade sobre toda a informação transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, por forma direta ou indireta, por escrito ou verbalmente, no âmbito ou por força do Contrato celebrado entre as partes relativo a [INSERIR OBJETO DO CONTRATOS A CELEBRAR] (doravante o “Contrato”), seja a classificada com indicação de confidencial, divulgação restrita ou a que pela sua natureza assim seja considerada, obrigando-se a não divulgar nem a transmitir qualquer informação sem prévia autorização escrita da SCML, qualquer que seja o modo ou via pela qual a ela acedeu, ainda que de forma accidental e involuntária.
- 2) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a guardar sigilo sobre toda a documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, oficial ou não, independentemente do suporte em que se encontre, incluindo sem limitar dados estatísticos e listas de fornecedores; clientes; protocolos e valores de contratos; protótipos; amostras; instalações; materiais e equipamentos, incluindo *hardware* e *software*, relativa à SCML e ou a qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, de que possa ter ou vir a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
- 3) Para além da informação referida nos números anteriores, qualquer outra relativa à SCML e ou qualquer um dos seus departamentos, serviços, equipamentos e estabelecimentos, deslocalizados da sede ou não, carece, para poder ser divulgada, de autorização prévia escrita da SCML, mesmo depois de terminado o Contrato.

CLÁUSULA 2ª

(EXCEÇÕES)

- 1) Não se entende por informação confidencial toda e qualquer informação que:
 - a) Seja do conhecimento público e se encontre genericamente acessível anteriormente ao momento em que a informação seja entregue pela **PRIMEIRA OUTORGANTE** à **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - b) Se torne do conhecimento público e se venha a encontrar genericamente acessível ao público em geral depois de transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE** à **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - c) Esteja já em poder da **SEGUNDA OUTORGANTE** no momento da sua transmissão a este pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, tal se concluindo pela análise do arquivo e registos constantes da informação referida no momento imediatamente anterior à transmissão;
 - d) Seja obtida pela **SEGUNDA OUTORGANTE** através de uma terceira parte sem que para tal tenha havido quebra das obrigações de confidencialidade dessa terceira parte;
 - e) Tal informação seja independentemente conseguida sem recurso ou referência à informação confidencial transmitida pela **PRIMEIRA OUTORGANTE**, devendo este facto ser demonstrado por documentos ou outras provas pertinentes em poder da **SEGUNDA OUTORGANTE**;
 - f) Seja exigível por lei à **SEGUNDA OUTORGANTE** revelar tal informação confidencial, desde que disso notifique, por escrito e de forma a poder fazer prova, a **PRIMEIRA OUTORGANTE**, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sobre a data do cumprimento da exigência legal.
- 2) Qualquer outra informação relativa ao descrito na cláusula anterior, para poder ser divulgada carece de autorização prévia escrita da SCML mesmo após o termo do Contrato.

CLÁUSULA 3ª

(FINALIDADE)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não fazer uso direto ou indireto das informações obtidas no âmbito do relacionamento com a **PRIMEIRA OUTORGANTE**, a não ser para os fins exclusivos para os quais foram fornecidas.

CLÁUSULA 4ª

(TRANSMISSÃO A TERCEIROS)

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não divulgar as informações ou utilizá-las a título profissional e/ou em benefício próprio.
- 2) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento direto ou indireto, incluindo sem limitar todo e qualquer uso comercial ou real ou potencial, presente ou futuro,

que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato, sem prévia autorização expressa da SCML.

CLÁUSULA 5ª

(REPRODUÇÃO)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a não fazer qualquer reprodução de quaisquer informações prestadas sem prévia autorização expressa nesse sentido.

CLÁUSULA 6ª

(PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO)

- 1) As autorizações referidas são solicitadas e concedidas por escrito, por qualquer meio que permita comprovar a sua receção pela outra parte, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da receção do pedido pela Primeira Outorgante.
- 2) Os pedidos de autorização e as respetivas respostas consideram-se efetuados:
 - a) No próprio dia em que forem entregues em mão ou transmitidas por telefax, se entregues ou recebidas entre as 9 (nove) e as 17 (dezassete) horas, ou no dia útil imediatamente seguinte, no caso de serem entregues ou recebidas após as 17 (dezassete) horas;
 - b) No caso de envio pelo correio, na data aposta pelo destinatário no respetivo aviso de receção. Na falta de indicação de tal data, a notificação presume-se efetuada no terceiro dia posterior ao do registo ou no primeiro dia útil seguinte se aquele coincidir com sábado, domingo ou feriado.

CLÁUSULA 7ª

(RESTITUIÇÃO)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a restituir todo o material entregue, quando solicitado, e a não conservar cópias ou reproduções de qualquer tipo do mesmo.

CLÁUSULA 8ª

(DEVER DE CONFIDENCIALIDADE DOS COLABORADORES)

- 1) A **SEGUNDA OUTORGANTE** obriga-se a utilizar todos os meios à sua disposição para que o presente Acordo seja respeitado e cumprido por si e pelos seus colaboradores.
- 2) **[SE APLICÁVEL]** A **SEGUNDA OUTORGANTE** compromete-se a apenas utilizar na execução do presente acordo colaboradores que previamente entreguem à SCML:
 - a) Certificado de registo criminal;
 - b) Declaração Individual de não existência de conflitos de interesses, sob compromisso de honra em como não detêm por si ou por interposta pessoa, incluindo cônjuge e parentes até a 2ª linha direta e 3ª linha colateral, interesse nas áreas de atividades

essenciais ou instrumentais da SCML, incluindo as áreas de gestão técnica, administrativa e financeira, recursos humanos, informática e marketing e publicidade.

CLÁUSULA 9ª

(RESPONSABILIDADE)

A **SEGUNDA OUTORGANTE** será responsável por todos os danos que a **PRIMEIRA OUTORGANTE** venha a sofrer em virtude da violação da obrigação de confidencialidade *supra* referida.

CLÁUSULA 10ª

(DURAÇÃO)

As obrigações constantes do presente acordo mantêm-se durante a sua duração e pelo prazo de 10 (dez) anos após a cessação definitiva do relacionamento comercial.

CLÁUSULA 11ª

(RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS)

Todos os litígios emergentes ou relativos a este pacto serão dirimidos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro foro.

Lisboa, ____ de _____ de 202_.

Em representação da SCML

Em representação da _____